

Eixo temático 6: **Outros Temas Educacionais ou Culturais no Contexto das TDIC.**

## **PEDAGOGIA SOCIAL E ALFABETIZAÇÃO MUDIÁTICA INFORMACIONAL: PODE UM EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL FALAR?**

### ***SOCIAL PEDAGOGY AND INFORMATIONAL MEDIA LITERACY: CAN A PRISON EGRESSED SPEAK?***

**Marta Soares da Silva** (UFSCar-São Carlos/SP – [martasoaresdasilva88@gmail.com](mailto:martasoaresdasilva88@gmail.com))

**Stefano Rocha da Cruz** (UNESP-Franca/SP – [stefrcruz@gmail.com](mailto:stefrcruz@gmail.com))

#### **Resumo:**

A presente pesquisa, buscou responder se é possível promover a liberdade de expressão com pessoas em momento de egresso do sistema prisional. O objetivo foi experienciar o exercício da Pedagogia Social, valendo-se do instrumento de alfabetização midiática e informacional, para a promoção da liberdade de expressão de pessoas em momento de egresso do sistema prisional, na finalidade de ser um auxílio em seu processo de socialização. A construção dos dados, de natureza qualitativa, se deu pela pesquisa-ação, no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp, do município de Uberaba/MG, por meio de oficinas mediadas com colaboradores que abordaram a construção de um jornal, como caminho dialógico de contrapor o discurso hegemônico produzidos pela cultura midiática. Os resultados evidenciaram que este é um caminho possível para promover a liberdade de expressão com pessoas em momento de egresso do sistema prisional, uma vez que os colaboradores buscaram inserir suas palavras e reconquistaram este direito negado por meio da construção de notícias que representavam a si.

**Palavras-chave:** Alfabetização Midiática Informacional; Pedagogia Social; Egresso do Sistema Prisional.

#### **Abstract:**

This research sought to find out whether it is possible to promote freedom of expression among people egressed from the prison system. The aim was to experience the exercise of Social Pedagogy, using the tool of media and information literacy, to promote freedom of expression for people egressed from the prison system, with the aim of helping them in their socialization process. The construction of the data, of a qualitative nature, took place through action research, in the Prison Egressed System Social Inclusion Program - PrEsp, in the municipality of Uberaba/MG, through workshops mediated with collaborators who approached the construction of a newspaper, as a dialogical way of countering the hegemonic discourse produced by media culture. The results showed that this is a possible way to promote freedom of expression with people egressed from the prison system, since the collaborators sought to insert their words and regain this denied right through the construction of news that represented them.

**Keywords:** Media and Information Literacy; Social Pedagogy; Egressed from the Prison System.

### **1. Introdução**

A falta de liberdade de expressão para egressos do sistema prisional representa uma preocupante dimensão do desafio enfrentado por aqueles que buscam reintegração à sociedade após cumprir suas penas. A estigmatização associada ao histórico criminal muitas vezes resulta em uma restrição silenciosa, mas profundamente impactante, da capacidade desses indivíduos de se expressarem livremente. A sociedade, muitas vezes, adota posturas discriminatórias, limitando as oportunidades de emprego, moradia e participação cívica para aqueles que já cumpriram suas

penas. Esse contexto cria um ambiente hostil que desencoraja a expressão aberta de opiniões e perspectivas, restringindo a plena participação cidadã. A resolução desse problema exige não apenas mudanças legislativas para garantir direitos fundamentais, mas também uma transformação cultural que promova a aceitação e a inclusão, permitindo que egressos do sistema prisional exerçam plenamente sua liberdade de expressão e contribuam positivamente para a sociedade.

Para o egresso do sistema prisional (ESP), este período de sua vida revela-se tão ou até mais intrincado do que o momento de sua entrada para cumprir a pena de privação de liberdade. De acordo com Castro et al. (1984), ao término da sentença ou da liberdade condicional, experimenta-se uma liberdade que, na prática, se materializa apenas no âmbito jurídico, mas que, em sua realidade, se traduz na desigualdade de oportunidades de emprego, ocupação de posições menos favorecidas no mercado de trabalho e estigmas que remontam ao momento do delito, persistindo em um contexto social e institucional que o relega à subalternidade, tornando-o um "cliente das instituições encarregadas do controle da ordem social" (p. 115).

O direito à liberdade de expressão é uma prerrogativa universal, assegurando a expressão de opiniões e a livre transmissão de informações e ideias. No contexto brasileiro, essa garantia encontra respaldo no texto da Constituição de 1988, que salvaguarda a livre expressão em diversas esferas, desde atividades intelectuais até o direito à comunicação.

Portanto, o objetivo desta pesquisa, que é parte de investigação desenvolvida durante mestrado em Educação, foi analisar a possibilidade da Alfabetização Midiática e Informacional - AMI como instrumento da Pedagogia Social para a promoção da liberdade de expressão do ESP. A AMI, inserida no âmbito da Pedagogia Social, busca abordar a problemática central desta investigação: é possível promover a liberdade de expressão de pessoas que estão vivenciando momento de egressos do sistema prisional - ESP?

Para tanto, a pesquisa-ação foi proposta como uma investigação da liberdade de expressão de ESP, justificou suas intenções quando propôs, por meio da AMI, a qual inclui aprender e fazer uso das ferramentas de acessar, analisar, avaliar e criar mensagens, empoderar o cidadão que está vivenciando o momento de saída do sistema prisional.

Acredita-se que por meio de participação pautada na relação dialógica, o grupo constituinte de ESP se inserem na produção social e contribuem para a democracia social, pois horizontaliza o discurso midiático produzido sobre si. Neste sentido, os colaboradores desta pesquisa exerceram a liberdade de expressão ao escolherem contar suas histórias em forma de notícias, em um jornal que nomearam "Jornal do Desabafo".

### **1.1. Desenvolvimento**

Diante da problemática apresentada, é importante refletir que, as necessidades sociais que impulsionam o desenvolvimento da ciência pedagógica e o direito à educação contemplam a compreensão do sujeito educativo, suas demandas e como ele se constitui nesse processo. Dessa maneira, diferentes correntes pedagógicas foram institucionalizadas e estabelecidas ao longo de sua trajetória histórica. No entanto, Machado (2009) destaca que as demandas socioeducacionais atuais requerem uma abordagem que considere a escola como um elemento central do processo, mas também demandam uma perspectiva que vá além disso, observa que diz respeito à Educação do homem integral, em todo seu tempo de vida, em suas relações e o acompanhamento das transformações do conhecimento.

Nesse contexto, Machado (2009) ressalta Paulo Freire como o pioneiro da Pedagogia Social no Brasil, embora ele mesmo não tenha se autodenominado dessa forma. A obra de Freire integra-

se à Pedagogia Social, destacando-se seu modelo de Educação Popular, que promove uma abordagem não autoritária na educação, influenciando campanhas de alfabetização e práticas educativas em geral. Seu principal objetivo reside na conscientização como ferramenta de transformação social.

Freire (2023) acredita na educação como uma forma de intervir no mundo, por isto é imprescindível que o educador social que atue com pessoas em momento de Egressos do Sistema Prisional tenha, por base, valores em que acredite que não há ação educativa em que também não se aprenda. Que, por tanto, atuar pela inclusão de ESP na cultura de AMI, é atuar sobre o seu próprio direito à liberdade de expressão.

A AMI é a combinação de duas áreas distintas em um único conceito, sendo elas: Alfabetização informacional, que diz respeito a importância do acesso, avaliação e uso ético da informação e a alfabetização midiática, a qual trata da capacidade de compreender, avaliar as funções da mídia, engajando-se racionalmente para se autoexpressar, conforme é possível expõe Wilson et al, 2013.

Refletindo AMI e educação, Freire (1987), propõe uma educação onde a comunicação seja dialógica, para que assuma o papel de libertação, possibilitando que oprimidos identifique o opressor, acredite em si e possam através desta compreensão iniciar a alteração de statu'quo de classes que o subalternizam. Nesta perspectiva, ausentar a AMI do processo socializador dos que estão passando por momento de ESP em um mar de informação sem oportunizar meios para sua navegação neste contexto, é omitir a promoção de sua autonomia no que diz respeito ao protagonismo de expressão e participação democrática cidadã.

A sociedade fora dos muros prisionais está repleta de narrativas prejudiciais, prontas para excluir e estigmatizar este grupo de cidadãos com o prefixo “ex”, como por exemplo, ex-presidiários. Nascimento (2004, p. 66) destaca que o prefixo “ex” “sinaliza a persistência do passado na identificação social”, evocando os significados associados a essa palavra, não para indicar uma condição que já não existe, mas para reafirmar o fato de que ela existiu, reiterando sua situação anterior. Entre outras coisas, esse estigma ressalta a importância de promover a liberdade de expressão dos jovens e adultos que estão atravessando essa fase de reintegração à sociedade. Ou seja, garantir-lhes o direito de utilizar a AMI para uma leitura crítica e para a produção de conteúdo próprio, é possibilitar um diálogo de igual para igual com os discursos preconceituosos, oferecendo representações alternativas que reflitam sua realidade como cidadãos.

Nesse cenário, a capacidade de acessar, avaliar e utilizar informações midiáticas para resolver problemas emerge como uma habilidade crucial para o exercício da cidadania na cultura contemporânea. A simples disponibilidade de acesso à internet representa apenas o ponto de partida; é igualmente essencial negociar significados dentro das mensagens, identificar perspectivas diversas, validar a autenticidade das informações e produzir conteúdo que seja uma interpretação crítica do que está em debate no espaço simbólico da mídia. A partir dessa interação dinâmica, os ESP podem começar a oferecer representações e expressar alternativas ao discurso comum de ódio e preconceito que frequentemente os caracteriza nos meios de comunicação.

Spivak (2010) contribuí com o aprofundamento da reflexão sobre lugar de fala, uma vez que é assertiva em expor as bases excludentes sobre às quais tem origem as sociedades que passaram por colonização. Apresenta o questionamento “pode um subalterno falar?”, no sentido gramsciano, ou seja, compreendendo subalterno como o grupo de pessoas que compõem as camadas mais baixas da sociedade, resultante da exclusão produzida pelos mercados, com representação política, legal e dentro da possibilidade de compor a classe social dominante.

Esta observação é de extrema relevância para que estejam claros os reflexos da herança hierárquica e de desigualdade histórica que se constituiu o Brasil. Não pode ser ignorado o fato de que durante o século XVIII a maior parte da população que entrou no país eram pessoas de pele negra, trazidas do continente africano para serem escravizadas por brancos europeus, o que é importante observar para compreensão das bases bárbaras que se construiu a nação brasileira com reflexos nítidos até os dias atuais, realidade que constitui em sua maioria os que entram e saem do sistema prisional, conforme dados do Levantamento Nacional de dados penitenciários - INFOPEN (2017).

Este fenômeno é preocupante e revoltante, não só pela violência pela qual silencia este grupo, mas por reforçar num momento de extremas dificuldades, que é o retorno a sociedade extramuros carcerários, o acesso à empregabilidade, educação, vínculo, haja vista que o discurso dos meios que detém os meios de comunicação e chega à sociedade, é a expressão horizontal de uma classe dominante.

Diante disto, cabe questionar, pode um ESP ter liberdade de expressão? Junto de Spivak (2010), posiciona-se que não só pode como deve receber todo o respaldo para apropriar-se cada vez mais desde direito. Como falar em processo de socialização negando o direito à representação, à condição humana?

Acredita-se para tanto que o expressar livre da opressão constitui a liberdade de expressão, representa pessoas e dá sentido à própria existência, fora disto resulta a censura, o encarceramento da subjetividade, na qual no que diz respeito ao ESP, a pena não tem fim, mas se reorganiza para além da instituição prisão negando um lugar de existir.

Em termos legais, a liberdade de expressão é um direito consagrado no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirma que: "Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de expressar suas opiniões sem interferência e de buscar, receber e transmitir informações e ideias por qualquer meio, independentemente de fronteiras". No Brasil, esse direito é protegido pelo Artigo V da Constituição de 1988, que assegura a livre manifestação do pensamento, desde que o comunicador se identifique; promove a liberdade da atividade intelectual, artística, sem censura ou licença; e garante a liberdade de palavra, opinião, consciência, imprensa, informação, trabalho jornalístico, manifestação, informação e o direito à comunicação.

Em razão do exposto, é salutar observar que nesta investigação, a comunicação dialógica crítica é concebida como a via por onde o ser humano ao fazer uso de sua expressão, se insere no contexto social, se socializa, se humaniza humanizando o mundo, pois "o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens." (Freire, 1987, p. 91). Por esta razão se utiliza da AMI como um dos instrumentos pelo qual a Pedagogia Social deve trazer para pauta e fazer uso nos contextos em que atua, sobretudo nos de grupos em vulnerabilidade social compreendendo – a como parte do processo de socialização.

## 2. Pesquisa e análise

Buscando responder à questão desta pesquisa, é possível promover a liberdade de expressão de pessoas que estão vivenciando momento de ESP? A qual considera as relações de poder das "velhas mídias", que são as tecnologias não digitais. Afinal, os jornais, o rádio e a televisão continuam a propagar estereótipos negativos acerca dos ESP, teve o foco na construção de uma síntese teórica que desse suporte aos dados empíricos que foram construídos e que usou exclusivamente as velhas mídias digitais e algumas de suas linguagens típicas: jornal e fotografia.



Os dados foram construídos na abordagem qualitativa, pois conforme descreve Minayo (1996), este viés possibilita a contemplação e compreensão de aspectos decisivos na investigação. Uma leitura simplesmente quantitativa não alcançaria aspectos importantes para a compreensão do fenômeno investigado, tais como significado e intenções atitudinais impressas nas relações sociais dos sujeitos.

Para tanto, a pesquisa-ação foi eleita como método de pesquisa por possibilitar a construção dos dados empíricos dentro das especificidades da investigação proposta. Conforme descreve Tripp (2005), trata-se de um processo cíclico que busca melhorar a prática pela ação em campo, ao passo que é feita sua investigação. É composta dos momentos de planejamento, descrição e avaliação, na finalidade de melhorar a prática. Em razão de seu viés científico vir ao encontro do objetivo desta investigação é que se fez a escolha por ela, por acreditar que responder à questão fundante desta investigação, exigiu assumir a construção empírica na ação, na qual não se pretendeu descrever ou encontrar verdade no fenômeno, mas transformar a prática, contrapor discursos hegemônicos que estigmatizam e acirram a vulnerabilidade social do grupo colaborador. Salienta-se ainda que a análise dos dados segue dentro do ciclo próprio do processo da pesquisa-ação.

A pesquisa ocorreu durante o mestrado em Educação na Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, com aprovação do conselho de ética. O local da investigação foi no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) de Uberaba-MG, pertence à Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade/Secretaria de Estado de Segurança Pública, que também aprovou a pesquisa em conselho de ética próprio. O PrEsp foi escolhido pelo seu trabalho com pessoas em momento de ESP.

O programa busca ampliar as condições para o conhecimento e acesso do público aos direitos previstos na Lei de Execuções Penais, promove acesso a direitos sociais, a oportunidades de capacitação profissional, de inclusão no mercado formal de trabalho e a redução de fatores estigmatizantes. O trabalho articula-se em rede entre os diferentes segmentos da sociedade (Estado, empresas e Terceiro Setor) para qualificar as condições de inclusão social do egresso, reduzindo os fatores de risco que contribuem para a reincidência criminal. A unidade do PrEsp de Uberaba – MG está ativa desde 2006.

Diante disto, após acompanhar o trabalho da equipe do PrEsp com ESPs durante dois meses, foram planejadas e desenvolvidas oficinas semanais com duração de uma hora, durante um mês, na qual os colaboradores da pesquisa, que eram pessoas que estavam passando por momento de ESP, construíram notícias que retratavam um momento que julgavam terem sido silenciados, e a partir disto, construíram notícias para rebater o discurso sobre quem é o ESP, veiculado unilateralmente pelas mídias.

Observando a ética na pesquisa, os colaboradores foram convidados, para após encerrados os trabalhos com a equipe do PrEsp, participarem desta pesquisa. O planejamento das oficinas foi previamente apresentado aos colaboradores para que avaliassem. Como próprio da pesquisa-ação, precisou ser replanejado, para ajustar às valorosas contribuições dos que estavam vivenciando momento de ESP, bem como adequar às suas realidades. Esta etapa estreitou o vínculo e valorizou a relação entre pesquisadora e colaboradores. Após aceitarem, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Seus nomes foram mantidos em anonimato. Os dados abaixo foram extraídos das notícias construídas durante as oficinas, as quais compõe o “Jornal do Desabafo”, criado pelos colaboradores.

Notícia construída por Cristiano:

“A luta da Vida é difícil, mas não Desista!



Isto significa a vida de todos que estão tentando sobreviver, o que não é fácil. Se você não tem uma faculdade fica mais difícil, porque a concorrência é grande.

Cristiano não teve oportunidade de estudar, de ter uma formatura, mas aprendeu muita coisa com os anos que trabalhou de engraxate na rua, o que era pra ajudar em casa. Seu pai teve um ano muito ruim, de muita seca, que o quebrou, ficou sem nada. Deus iluminou que com dois anos adquiriu uma vendinha, onde trabalharam juntos por dez anos, e aí Cristiano aprendeu a ser comerciante, que é até hoje a sua profissão.

Sua profissão não é fácil, porque para isto precisa de um bom capital de giro para crescer na vida, a concorrência é grande e dentro do que faz hoje é muito difícil. Passou a ter muitos problemas que aconteceram no dia a dia, mas acredita que se Deus quiser vai dar tudo certo, porque acredita que Deus é fiel e vai ajudá-lo nas conquistas, afirma que já está com uma idade avançada e quer mudar de vida “se Deus quiser.”

A notícia criada por Cristiano é o meio pelo qual expressa sua história de vida, trazendo a ilustração do menino no trabalho engraxate e da fase adulta na profissão de comerciante, no qual está atualmente. Observa-se que na primeira oficina relatara que o aprendizado com o pai movia seu posicionamento quanto a não se permitir “vendedores ambulantes” no mesmo local de comércio formal, na construção de sua notícia relata a impossibilidade de não ter estudado em razão da necessidade de trabalhar como engraxate, porém reconhece na educação uma forma de facilitar o acesso ao mercado de trabalho.

Cristiano apresenta uma notícia em forma de narrativa, sua informação central apresenta uma denúncia evidenciada no primeiro parágrafo, sobre a dificuldade da vida quanto ao sobreviver. Adiante mostra seu lugar de fala, do trabalho infantil ao qual foi submetido.

Num primeiro momento pode parecer que sua mensagem do ponto de vista da AMI não apresenta informação relevante, contudo, há o início do exercício reflexivo quando consegue constatar a ausência do Estado em assegurar que pudesse ter estudado, ter vivido apara além de sobreviver. Este é um momento que justifica a AMI no arcabouço da Pedagogia Social neste contexto, pois não cabe apenas construir os critérios de ler, se posicionar e criar a informação relevante, mas considerar quem está falando, de que contexto social e partindo de aí avançar no processo de liberdade de expressão para além do falar.

Angelina compõe sua notícia:

“Preconceito...Uma causa que nunca chega ao fim HOMOFOBIA

Primeiramente teve o preconceito dentro de sua própria casa ao falar para sua mãe “sou gay”, a reação de sua mãe foi horrível, “prefiro ter um filho ladrão do que um filho veado”. Isto deixou Angelina super chateada e bastante magoada com as palavras de sua mãe.

Na escola sempre era tachada de veadinho, boiola, ele morde a fronha etc. E nas ruas também não é nada diferente, sempre tem um engraçadinho que faz comentários e brincadeiras de mau gosto sobre a sexualidade de Angelina, mesmo havendo Lei ainda não há respeito na sociedade, há lugares onde um homossexual ainda não é aceito.

São assustadores os dados relativos a violência contra homossexuais no país. O Brasil ocupa o vergonhoso primeiro lugar no ranking de violência contra pessoas homossexuais, sendo seis vezes mais violento que o segundo e terceiro lugar, México e Estados Unidos. Respectivamente para a maioria das pessoas a homossexualidade é sem-vergonhice e falta de caráter, o que mostra noções falsas superficial dos fatores familiares, sociais, religiosos e culturais que determinam a sociedade humana.”

Angelina se utiliza da construção de sua notícia para denunciar todas as formas de exclusão que viveu por ser transexual, inclusive no contexto da escola, o qual deveria ter no mínimo preservado seu direito à educação de qualidade como cidadã e possibilitado caminhos para



potencializar suas habilidades e combater às formas criminosas de homofobia a qual foi e está exposta.

A notícia apresentada por Angelina possui um diferencial, ela parte de questões individuais e avança no aspecto da informação. No último parágrafo situa o leitor sobre como os índices de violência contra homossexuais são altos e, como esta condição é motivo de vergonha nacional.

José constrói sua notícia:

#### “O PROCESSO DA ADICÇÃO E O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO

José foi um menino que teve uma infância muito simples, ainda com quatorze anos sonhava uma bicicleta e roupas melhores. Filho de pais pobres, porém honesto, nasceu em uma cidade no interior de Minas Gerais.

José estudou em um colégio onde teve muitas influências para que se tornasse um homem de bem, porém fez uma escolha errada, começou a fumar cigarro com um círculo de pessoas de sua idade.

Com tanto envolvimento ele não conseguiu dar seguimento na escola, começou uma rotina de vida disfuncional. Conheceu pessoas envolvidas no crime, já fumando maconha e passando noites fora de casa.

Seus pais não sabiam o que fazer, pois a vontade deles era que se tornasse alguém, mas não era a vontade dele naquele momento. José queria adrenalina, algo que lhe desse prazer, satisfação, tinha necessidade de ser reconhecido, por isso se aventurava nas coisas erradas.

Um dia foi apresentado para a cocaína, foi amor à primeira vista, fazia tudo para ter a droga. Começou a roubar dentro de casa, na rua, lojas, e praticar assaltos para manter o uso.

Depois conheceu o crack, a droga da morte, uma droga antissocial, barata, mas sua consequência sai caro. Sua família o colocou pra fora de casa, passou pela exclusão social, não conseguiu mais ter um ciclo de amizade com ninguém, sempre isolado com uma necessidade de atenção, pois ele já não conseguia mais ver o que fizera de sua vida e o sofrimento de seus entes queridos.

Um dia um companheiro da cidade de Votuporanga – SP lhe apresentou um programa de recuperação Narcóticos Anônimos (NA), dentro daquela abordagem foi apresentado alguns princípios que o tornaria uma pessoa sóbria e com qualidade de vida.

José foi convidado a se internar em uma fazenda de recuperação, assim aconteceu em 1996 sua primeira internação, o início de um tratamento. Naquele lugar começou a descobrir o quanto precisava da presença do senhor em sua vida, passou pela fase de adaptação desintoxicação e “ressocialização”.

José ficou naquele lugar um ano e dois meses, resgatou valores, princípios, criou vínculos com pessoas boas e retornou no seio de sua família, iniciando uma vida de renúncias e desprendimento. Ele criou metas e estratégias para dar conta do cotidiano, porque sabia que sua luta era constante todos os dias.”

José procura noticiar sua história com o que o processo de adicção acarretou à sua vida. No primeiro parágrafo expressa uma visão de que ser um “homem de bem” poderia ter evitado escolhas que considera erradas. Apresenta a escola como um espaço que não o cabia mais após os primeiros contatos com a droga, segue em seu texto relatando o processo de adicção e como foi após ter oportunidade de tratamento em clínica especializada, o que só ocorreu após sua passagem pelo sistema prisional e estar em situação de rua.

José também expõe um sistema escolar excludente, bem como a ausência de política de tratamento para adictos para pessoas privadas de liberdade em cumprimento de pena. Sua notícia representa a si e sua história pode ao chegar aos interlocutores por ele escolhido, universidade UFTM, trazer reflexões com relação aos reflexos da negligência institucional, quer seja escola, prisão ou outras.

Embora não tenha trazido em seu texto, José teve falas e provocações durante as oficinas muito singulares, como o momento no qual identifica que às instituições recebem financiamento para prestarem atendimento ao público e passam uma face de filantropia.

Este colaborador surpreende a todos com sua decisão ao final das oficinas de deixar a instituição de acolhimento para pessoas em situação de rua e faz questão, até o presente momento, de se reportar à pesquisadora e profissionais do PrEsp para relatar como está sendo sua jornada de morar só, trabalho e conquistas pessoais que para o processo desta pesquisa representa um dos pontos mais altos, dada a autonomia construída por José.

Aqui se identifica a importância da AMI no contexto da Pedagogia Social pois é preciso partir da perspectiva do homem em construção, do direito a educação em todo tempo da vida sem distinção de espaço, para compreender os avanços na liberdade de expressão de cada colaborador. Não se pode partir de uma noção isolada da AMI, porque não se trata apenas de localizar, criar e transmitir informações relevantes, mas sobre tudo, de que lugar se está falando, para quem esta informação é relevante e as potencialidades do processo criativo para pessoas que a estrutura dominante sempre busca silenciar.

### 3. Considerações finais

O presente artigo materializa a investigação realizada, a qual buscou responder à questão: é possível promover a liberdade de expressão de pessoas que estão vivenciando momento de egressos do sistema prisional - ESP? Com o objetivo de analisar a possibilidade da AMI como instrumento da Pedagogia Social para a promoção da liberdade de expressão do ESP.

Diante das reflexões apresentadas, é imprescindível enfatizar que um dos pilares fundamentais do processo de ressocialização dos egressos do sistema prisional é a educação em sua totalidade, englobando não apenas o acesso à saúde, habitação e alimentação, mas também a liberdade de expressão. Caso contrário, os programas de (re)socialização correm o risco de se tornarem apenas uma maquiagem humanizada para um Estado que perpetua o ciclo da reincidência criminal.

As evidências encontradas durante as oficinas de AMI explicitam que, a AMI inserida no contexto da Pedagogia Social com os egressos do sistema prisional representa uma via promissora para promover a liberdade de expressão dessas pessoas, sendo o jornal uma tecnologia impressa acessível para que ESP promova sua liberdade de expressão. Isto é evidenciado quando os colaboradores participam ativamente da investigação, contribuindo para a composição de um jornal, contando suas histórias de vidas por meio de notícias, demonstram o desejo genuíno de expressarem-se, de se fazerem conhecer como pessoas, e não “ex” ESP.

A liberdade de expressão da qual os colaboradores fazem uso também remete ao questionamento de Spivak (2010) “pode um subalterno falar?”, não é possível cobrar desse grupo em momento tão delicado de suas vidas, que construam notícias com caráter informativo sem levar em conta todo o silenciamento a que foram e são submetidos. Por esta razão, identifica-se que deixaram enquanto texto a “interpelação” de ESP, e assumiram a condição de sujeitos, indo ao encontro de Freire (1987, p. 91) quando diz: “o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens”.

Portanto, esta pesquisa não apenas considerou a liberdade de expressão conforme definida no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Artigo V da Constituição Brasileira, mas também incorporou o conceito de comunicação dialógica de Freire (1987). Essa abordagem reconhece não apenas o direito de expressar opiniões sem censura, mas também a reconquista do



direito negado à palavra, resultando na construção de narrativas que refletem não apenas a condição de egressos do sistema prisional, mas a humanidade de cada indivíduo. Assim, podemos afirmar que avançamos no caminho da educação para a liberdade de expressão.

#### 4. Referências

BRASIL. **Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional** (Depen). Sistema Nacional de Informação Penitenciária – InfoPen, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 21ª ed. atual. eampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

CASTRO, M. M. P. et al. **Preso um dia, preso toda a vida**: a condição de estigmatizado do egresso penitenciário. Temas IMESC. Sociologia, Direito, Saúde, São Paulo, v. 1, n. 1, p.101-117, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 26 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2003.

MACHADO, Evelcy Monteiro. A Pedagogia Social: Reflexões e diálogos necessários. *In*: NETO, João; SILVA, Roberto; Moura Rogério (Orgs.). **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Ana Claudia. **Designação e referência que referem o Presidente Lula. 2004**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudo da Linguagem, Universidade Estadual de Campina, Campinas, 2004.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

WILSON, Carolyn. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores / Carolyn Wilson, Alton Grizzle, Ramon Tuazon, Kwame Akyempong e Chi-Kim Cheung. – Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. 194 p.